

Termômetro Tributário no Brasil: até 2011

*José Roberto R.Afonso
Kleber Castro
Marcia Monteiro Matos*

RESUMO: *A carga tributária brasileira deve bater recorde em 2011 superando o melhor ano anterior que tinha sido o de 2008. A conclusão decorre de um acompanhamento mensal da evolução das principais receitas coletadas no Brasil (85% da carga total), que toma por base o acumulado nos últimos 12 meses, com um mínimo de projeções.*

O termômetro mensal expressa e antecipa a “temperatura” da carga tributária anual. Em série iniciada em 1991, o termômetro da receita anualizada apresentou uma trajetória gradual de crescimento da arrecadação, chegou a casa de 29,3% do PIB ao final de 2007 e 2008, e fechou 2011 com o nível mais alto, de 29,87% do PIB (por mês, a maior marca anterior era de 29,69% do PIB em abril de 2008, antes da crise global e ainda computada uma receita remanescente da CPMF).

O desempenho em 2011 pode ser considerado surpreendente e tem sido liderado pela receita administrada federal – informação efetiva.

Extrapolando que a relação entre o volume do termômetro e a carga global seja a mesma observada ao final de 2010, é possível inferir que a mesma aumentou em dois pontos do produto, subiu de 34,2% para 36,2% do PIB e bateu o recorde histórico (de 35.6% em 2008).

A melhoria da carga tem sido decisiva para o ajuste fiscal em 2011, mas, se não precisasse cobrir a expansão de gastos, os resultados surpreendentes poderiam estar abrindo oportunidades para iniciar uma reforma tributária que melhorasse a qualidade do atual sistema, ao reestruturar a forma de cobrar tributos no País.

Introdução

A forma mais comum de avaliar o desempenho da receita tributária no País é apurar e analisar o indicador da carga tributária que expressa a razão entre a arrecadação e o produto interno bruto (PIB). Tal indicador é apurado geralmente para o período de um exercício financeiro. Além disso, o cálculo da carga compreende algumas diferenças metodológicas de uma para outra fonte (desde as

contas nacionais, divulgadas pelo IBGE, geralmente com dois anos de defasagem, até uma apuração do Ministério da Fazenda, que não trata todas as formas de cobranças compulsórias como se tributos fossem).

Se uma economia emergente apresenta oscilações temporais em variáveis macro mais fortes que em uma economia avançada, em tempos de entrada e saída de crise se torna ainda mais premente acompanhar de perto a política fiscal e isso demanda, dentre outras tarefas, que o índice da carga tributária fosse medido e analisado com uma periodicidade mais curta do que a anual.

Nesse sentido, aqui é proposto resgatar e atualizar um índice que já foi divulgado pelo BNDES até 2002 e era chamado de *Termômetro Tributário*, que permite acompanhar mensalmente a arrecadação dos principais componentes da carga tributária, uma vez que as fazendas federais e estaduais divulgam todo mês o montante que foi arrecadado no mês anterior (no segundo caso, as vezes com algum atraso mas que pode ser compensado por extrapolar a receita a partir da obtida nas maiores unidades federadas). Entre 1990 e 2010 (período da série a ser aqui analisado), o termômetro equivale, em média, a 85% da carga tributária global – escaparam ao indicador alguns tributos federais atípicos (como royalties), menores receitas estaduais (como imposto sobre herança e taxas) e toda a arrecadação tributária municipal – esta última sem informação mensal consistente. De qualquer forma, o termômetro permite antecipar e avaliar a tendência da carga anual.¹

Metodologia

A denominação *termômetro* visa associar o indicador ao mesmo instrumento básico usado na saúde para mensurar a temperatura de uma pessoa. A ideia é ter uma medida rápida, razoavelmente bem informada (embora não seja 100% precisa), que permita antecipar e avaliar os rumos da carga tributária bruta nacional

¹ Chama-se a atenção que a metodologia aqui adotada para a carga global difere da adotada pelo Ministério da Fazenda. Um ponto a ser observado é que a Receita Federal não computa muitos tributos compulsoriamente cobrados da economia como se fosse carga: por exemplo, participações governamentais na extração de petróleo, gás, energia elétrica e mineração não são classificadas como tributos no cálculo oficial do Ministério da Fazenda; o mesmo vale para receitas de multas, juros de mora e dívida ativa. Porém, na contabilidade da União, as mesmas receitas estão computadas como receitas de contribuições, que tem a mesma classificação da CIDE, esta que é contada na carga pela Receita Federal. Já na apuração aqui seguida, são computadas todas essas outras receitas compulsórias não clássicas, como previsto na metodologia internacional (OECD, FMI, Contas Nacionais).

- se estável, ou se tende a decrescer ou crescer. Mais importante do que sua dimensão (como em uma fotografia), é a evolução (como em um filme) que o termômetro mais retrata em seus índices.

Portanto, a proposta deste trabalho, é atualizar as séries mensais da arrecadação com vista a avaliar os rumos do comportamento recente da tributação no país. Foram adotadas como fontes primárias as estatísticas divulgadas mensalmente pela Receita Federal², Ministério da Previdência³ e CONFAZ⁴, para arrecadação, e ainda BACEN⁵, no caso do PIB. Até o final do mês seguinte são divulgados os dados da receita coletada em um mês, com um atraso apenas no caso do CONFAZ (que também por vezes deixa de divulgar dados para algum estado), mas neste caso foi extrapolada a arrecadação nacional a partir da realizada no estado de São Paulo, a maior unidade federada, e cuja informação é conhecida também para dezembro.⁶ Foram projetados os impostos estaduais e também o montante do PIB apenas no último mês, suposta a mesma variação nominal entre o último mês e igual mês do ano anterior constatada nas correspondentes estatísticas oficiais.

O termômetro é construído com receitas mensais, porém, esta análise opta por tomar apenas o resultado acumulado nos últimos doze meses: tanto porque as análises tradicionais da carga tributária compreendem o período de um ano, quanto porque ao cobrir um maior período de referência se evita sazonalidades e o citado indicador torna-se mais estável (o indicador do termômetro mensal mostra uma forte oscilação que muitas vezes reflete apenas fatos sazonais - como, por exemplo, pagamentos do 13º salário, ajuste de declaração de IR ou safras agrícolas).

² São incluídos os dados referentes ao Imposto sobre Importação, IPI, IR, IOF, ITR, CPMF, COFINS, PIS/PASEP, CSLL, CIDE, Contribuições para o FUNDAP e Outras Receitas Administradas - <http://bit.ly/cbAzQB>

³ Computadas as Arrecadações Bancária e do SIMPLES informadas no portal do MPAS: <http://bit.ly/juKW3q>. Destaca-se que, depois da fusão das máquinas fazendárias da Receita e do INSS, apesar da RFB ter passado a divulgar em seu boletim mensal a arrecadação da contribuição previdenciária, se optou aqui por utilizar a arrecadação reportada pelo MPAS, em seu boletim igualmente mensal, para manter a mesma fonte que foi usada nos anos anteriores à criação da RFB (além de incluir as contribuições para o Sistema S).

⁴ São incluídos os dados referentes ao ICMS e IPVA - <http://bit.ly/hxh1x3>

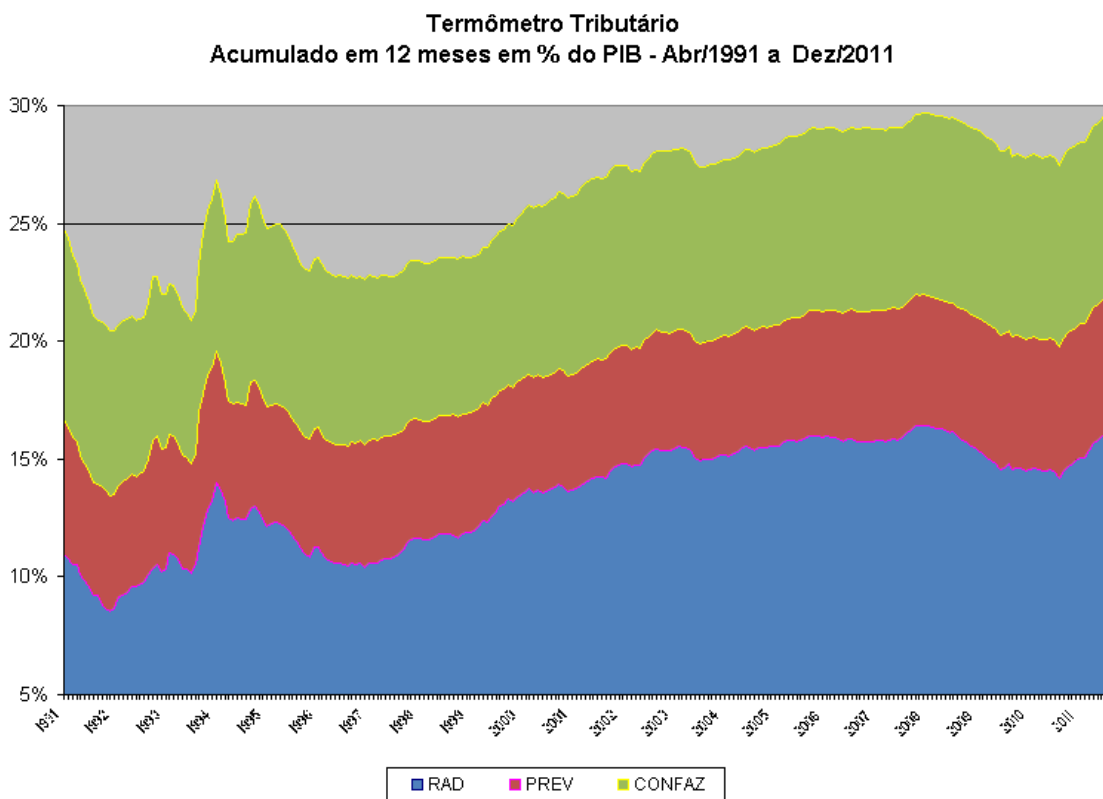
⁵ Série informada pelo Bacen em: <http://bit.ly/f8BOTZ>

⁶ No caso da arrecadação bancária da previdência social aqui adotada, enquanto não for divulgada pelo MPAS (próximo do final do mês seguinte), se supõe que a variação no último mês seja igual a registrada na respectiva receita na nota divulgada pela RFB em torno do dia 20 do mês seguinte.

A série histórica do termômetro tributário foi iniciada em 1990 e, nesta última posição, atualizada até dezembro de 2011. De qualquer forma, ao se trabalhar com o indicador que acumula os fluxos desde maio de 2010, fica diluído tal estimativa porque alcança apenas um entre doze variáveis contadas.

Tendência de Longo Prazo

O gráfico a seguir mostra as três grandes receitas acumuladas (a antiga e conhecida receita administrada federal, a arrecadação bancária da previdência social e os impostos estaduais do ICMS e IPVA), com os fluxos anualizados a cada mês, desde 1991 até dezembro de 2011. No longo prazo, há uma clara tendência expansionista. No curtíssimo prazo, em meados deste ano, a receita acumulada volta ao patamar recorde observado no início de 2008.



No agregado, conforme a tabela a seguir (que retrata a totalização do gráfico anterior), o termômetro tributário apresentou uma expansão contínua a

partir de 2003 (o termômetro de 28.1% do PIB em 2002 foi atípico devido à receita federal extraordinária decorrente de acordo com os fundos de pensão) até bater o recorde em meados de 2008, quando ficou acima de 29.6% do produto. Coincidindo com a eclosão da crise global, a temperatura retrocedeu aos poucos desde outubro de 2008, de modo que atingiu seu ponto mais baixo no mês de novembro de 2010: 27.4% do PIB, valores esses que sofreram alterações depois que o IBGE divulgou os dados do PIB nominal.

Chama-se a atenção que a evolução da arrecadação foi superior a outros anos a partir de julho de 2011, com 29,12% do PIB exceto o ano da crise, 2008 e o final de 2007, início da crise. Dezembro foi o melhor resultado acumulado da arrecadação na série histórica, iniciada em 1991 (quando se fez mais plena a implantação do sistema tributário da Constituição de 1988). Foi ultrapassada a melhor marca anterior, de 29.69 % do PIB na receita anualizada até abril de 2008 (ainda com efeito parcial da CPMF em seu somatório) além da marca de novembro de 2011.

TERMÔMETRO DA TRIBUTAÇÃO (ANUALIZADO) - 1991/2011

Acumulado 12 meses: % do PIB

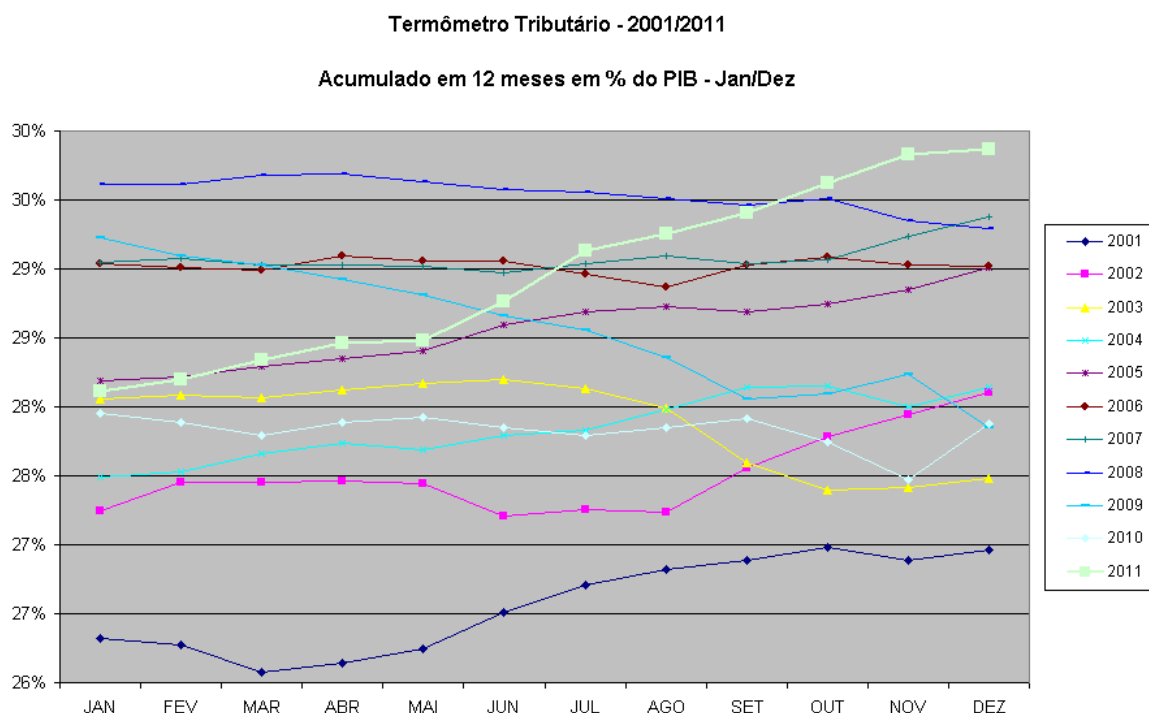
Arrecadação Total

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1991	25,84%	25,46%	25,54%	25,34%	24,85%	24,09%	23,71%	22,95%	22,49%	21,94%	21,30%	21,26%
1992	21,16%	20,99%	20,82%	20,90%	21,21%	21,45%	21,61%	21,82%	21,68%	21,81%	21,95%	22,80%
1993	23,91%	23,89%	23,10%	23,00%	23,33%	23,12%	22,59%	21,94%	21,65%	21,33%	21,64%	23,57%
1994	25,03%	26,14%	26,75%	27,78%	27,24%	26,44%	25,37%	25,17%	25,28%	25,22%	25,23%	26,40%
1995	26,67%	26,25%	25,71%	25,14%	25,19%	25,20%	25,17%	24,95%	24,67%	24,35%	23,93%	23,47%
1996	23,24%	23,20%	23,68%	23,79%	23,45%	23,17%	22,98%	22,87%	22,90%	22,85%	22,85%	23,26%
1997	23,13%	23,20%	23,05%	23,20%	23,17%	23,09%	23,19%	23,18%	23,13%	23,16%	23,17%	23,01%
1998	23,33%	23,44%	23,48%	23,43%	23,35%	23,37%	23,40%	23,54%	23,60%	23,60%	23,57%	23,55%
1999	23,45%	23,61%	23,57%	23,57%	23,62%	23,70%	23,97%	23,97%	24,30%	24,50%	24,70%	24,84%
2000	25,08%	25,02%	25,34%	25,55%	25,77%	25,88%	25,78%	25,94%	25,89%	25,99%	26,16%	26,31%
2001	26,52%	26,47%	26,26%	26,32%	26,42%	26,69%	26,88%	26,99%	27,05%	27,14%	27,05%	27,12%
2002	27,40%	27,61%	27,61%	27,61%	27,59%	27,35%	27,39%	27,37%	27,69%	27,92%	28,08%	28,20%
2003	28,15%	28,19%	28,17%	28,22%	28,26%	28,28%	28,22%	28,08%	27,68%	27,48%	27,49%	27,57%
2004	27,57%	27,60%	27,72%	27,79%	27,74%	27,84%	27,87%	28,01%	28,18%	28,17%	28,01%	28,14%
2005	28,19%	28,22%	28,29%	28,35%	28,40%	28,60%	28,69%	28,72%	28,69%	28,74%	28,85%	29,01%
2006	29,04%	29,01%	28,99%	29,09%	29,05%	29,05%	28,97%	28,87%	29,03%	29,08%	29,03%	29,01%
2007	29,05%	29,07%	29,03%	29,03%	29,02%	28,97%	29,04%	29,10%	29,04%	29,07%	29,24%	29,38%
2008	29,62%	29,62%	29,68%	29,69%	29,63%	29,57%	29,56%	29,51%	29,46%	29,51%	29,35%	29,30%
2009	29,22%	29,10%	29,03%	28,92%	28,81%	28,66%	28,55%	28,36%	28,05%	28,10%	28,23%	27,85%
2010	28,46%	28,36%	28,21%	28,26%	28,25%	28,13%	28,04%	28,06%	28,09%	27,88%	27,52%	27,87%
2011	28,12%	28,20%	28,34%	28,46%	28,48%	28,77%	29,13%	29,25%	29,41%	29,62%	29,83%	29,87%

Expansão Recente (Pós-Crise)

A mesma evolução do termômetro agregado pode ser vislumbrado no gráfico a seguir que apresenta no eixo vertical cada mês do ano e, no seu corpo, a evolução do termômetro com cada curva dedicada a um ano entre 2001 e 2011.

A melhor curva anual era de 2008, mas desde o início de 2011 a curva do termômetro deste ano mostrava uma tendência ascendente, até alcançar o maior ponto em dezembro. O gráfico a seguir deixa claro que a curva de 2011 foi ascendente durante quase todo ano, em uma inclinação muito mais acentuada do que em anos anteriores. Apenas no final do ano, o angulo da curva mudou e o agregado se estabilizou, repetindo a característica já apontada na receita federal. É possível que essa seja a tendência para 2012, ou seja, da evolução dos principais tributos passem a acompanhar a economia.



Vale pontuar melhor essas oscilações de temperatura. A evolução recente da tributação no País foi marcada por uma mudança institucional importante e por uma forte oscilação na economia, refletindo os efeitos da chamada crise financeira global. A tabela a seguir detalha a composição do termômetro e respalda esta breve análise de sua evolução recente. A CPMF não foi renovada e deixou de ser cobrada a partir de 2008 – embora, ainda tenha influenciado a receita acumulada ao longo daquele ano, de forma decrescente.

A crise mergulhou a economia brasileira em uma profunda mas rápida recessão entre o final de 2008 e o início de 2009, tendo os maiores impactos sob a arrecadação sido sentidos ao longo desse último ano. Houve uma rápida e

acentuada recuperação desde o final de 2009 e ao longo de 2010, porém, mais uma vez os efeitos, agora positivos, foram sentido com algum retardo na arrecadação. Esse ciclo, portanto, é que marca o período mais recente da tributação no Brasil.

Estrutura por Principais Tributos

A evolução dos componentes da carga tributária, porém, foram razoavelmente diferenciados, conforme a tabela a seguir, que retrata o termômetro ao final de cada ano e, também, a carga bruta global (incluindo os outros tributos cuja receita não se consegue capturar mensalmente pelo termômetro). O maior impacto da crise foi sentido na receita administrada federal.

TERMÔMETRO TRIBUTÁRIO AGREGADO
Acumulado nos 12 meses: % do PIB

ANO	ARRECAÇÃO AGREGADA	UNIÃO - ARRECAÇÃO (+)			ESTADOS- ARRECAÇÃO (+)			CARGA RESIDUAL	CARGA GLOBAL (método amplo)
	(UNIÃO + EST.)	RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA		
1991	20,90%	9,22%	4,74%	13,96%	6,79%	0,15%	6,94%	4,34%	25,24%
1992	21,63%	10,09%	4,93%	15,01%	6,48%	0,14%	6,61%	3,38%	25,01%
1993	23,22%	11,17%	5,79%	16,96%	6,12%	0,13%	6,25%	2,56%	25,78%
1994	25,85%	12,88%	5,38%	18,26%	7,41%	0,17%	7,58%	3,90%	29,75%
1995	23,26%	11,17%	4,98%	16,15%	6,76%	0,35%	7,10%	3,68%	26,93%
1996	22,79%	10,56%	5,18%	15,74%	6,68%	0,37%	7,05%	4,05%	26,85%
1997	22,99%	11,13%	5,11%	16,24%	6,34%	0,41%	6,75%	4,42%	27,41%
1998	23,57%	11,77%	5,12%	16,89%	6,22%	0,46%	6,68%	4,10%	27,67%
1999	24,75%	13,09%	4,87%	17,96%	6,37%	0,42%	6,79%	4,25%	29,00%
2000	26,11%	13,78%	4,90%	18,69%	6,98%	0,45%	7,43%	5,04%	31,15%
2001	26,96%	14,21%	5,03%	19,24%	7,24%	0,48%	7,73%	5,37%	32,33%
2002	28,10%	15,45%	5,05%	20,50%	7,13%	0,47%	7,61%	5,26%	33,37%
2003	27,48%	15,01%	5,00%	20,01%	7,02%	0,46%	7,47%	5,34%	32,82%
2004	28,14%	15,48%	5,10%	20,58%	7,10%	0,46%	7,56%	5,55%	33,69%
2005	29,01%	15,48%	5,10%	20,58%	7,10%	0,46%	7,56%	5,94%	34,95%
2006	29,01%	15,71%	5,53%	21,24%	7,25%	0,52%	7,77%	5,78%	34,79%
2007	29,38%	16,21%	5,58%	21,78%	7,05%	0,55%	7,60%	5,97%	35,35%
2008	29,30%	15,82%	5,55%	21,37%	7,36%	0,57%	7,93%	6,30%	35,60%
2009	27,85%	14,54%	5,66%	20,20%	7,03%	0,62%	7,65%	6,33%	34,18%
2010	27,87%	14,46%	5,64%	20,11%	7,17%	0,60%	7,77%	6,32%	34,19%
2011	29,87%	16,14%	5,94%	22,08%	7,21%	0,58%	7,79%	6,32%	36,19%
Var. 2011-1995	6,61%	4,97%	0,96%	5,93%	0,45%	0,23%	0,68%	2,64%	9,25%
Var. 2011-2008	0,57%	0,32%	0,40%	0,71%	-0,15%	0,01%	-0,14%	0,01%	0,59%
Var. 2011-2010	2,00%	1,68%	0,30%	1,98%	0,03%	-0,01%	0,02%	0,00%	2,00%

Elaboração própria. Fontes primária: Receita Federal, STN, MPAS, CEF, CONFAZ, Secretarias Estaduais de Fazenda e BACEN.

Termômetro: resultado acumulado até dezembro

Carga tributária bruta global: metodologia ampla, incluindo FGTS e sistema S, participações governamentais em óleo/energia, dívida ativa, juros e multas.

Como já dito, o ano de 2008, apresentou uma arrecadação histórica. O termômetro mediu uma arrecadação de 29,69% do PIB em abril, mês com maior percentual, e em dezembro, mês com o menor percentual, de 29,30% do PIB – a desaceleração já reflete o impacto da grave crise financeira mundial nos últimos meses do ano. Quando comparada a arrecadação da União com igual período do ano anterior, temos um recuo de -0,08% do PIB, devido a trajetória da Receita

Federal e da previdência, que juntas somaram -0,41% do PIB contra a arrecadação dos Estados de 0,33% do PIB (ICMS e IPVA).

A crise afetou o desempenho da carga em 2009: a tendência foi decrescente, chegando ao menor patamar em dezembro com 27,85% do PIB. O que ditou a queda da carga foram as receitas administradas da Receita Federal, que se comparado com o mesmo período do ano anterior, apresenta uma redução de 1,28% do PIB. Esse resultado, de queda da arrecadação em 2009, pode ser explicado em parte pela política de incentivos fiscais adotada pelo governo federal, como também pelos prejuízos das empresas, a queda da produção e também a redução da oferta de crédito.

Em que pese o acelerado crescimento da economia em 2010, o mesmo fenômeno não se repetiu com o termômetro dos principais tributos: fechou dezembro com uma *temperatura* de apenas 0,2 do produto em relação ao final de 2009. É curioso observar que, antes do IBGE revisar as contas nacionais e mudar de forma expressiva o montante do PIB dos últimos anos, era outra a tendência de 2010, já apontando uma forte recuperação.

Adota a série mais recente do PIB trimestral do IBGE e as projeções de PIB mensal do Banco Central, se observa que o forte crescimento do termômetro tributário acabou se revelando ao longo de 2011. A expansão foi suave nos cinco primeiros meses e se tornou acelerada a partir de junho, a ponto de que, desde outubro último, o nível de arrecadação agregada superou o registrado até o correspondente mês em 2008, que era o melhor resultado anterior (sempre computadas as receitas e o PIB acumulados em doze meses). Por mais que a temperatura se estabilize nos últimos dois meses, o seu grau foi o maior dos últimos anos.

É interessante observar a carga tributária bruta global, medida em bases anualizada e aqui seguindo uma metodologia que computa mais tributos que aqueles mensurados normalmente pela Receita Federal (que não considera royalties e nem muitas outras receitas correntes, como multas e juros de mora).⁷ Trata-se da última coluna da tabela anterior, que inclui cálculos atualizados até 2010 (revistos depois da divulgação dos balanços governamentais desse exercício e, sobretudo, do IBGE aumentar o valor nominal do PIB desse ano). A projeção para

⁷ Em 2010, a Receita Federal calculou uma carga tributária nacional de 33,56% do PIB enquanto a nossa metodologia apontou 34,19%, já computado o PIB atualizado.

2011 supõe que seja mantido o mesmo tamanho relativo (em proporção do produto) dos tributos não mensurados pelo termômetro - como a arrecadação municipal, outros tributos estaduais, os royalties e o FGTS, dentre outros, que no agregado equivalem a 18% da receita nacional.

Até 2010, com a receita efetivamente realizada, foi observado que a evolução do termômetro de grandes tributos seguiu a da carga tributária bruta global. Esta disparou de 25,2% do PIB em 1991 até 35,6% em 2008, ou seja, um incremento de 10,3 pontos em 17 anos. A crise derrubou o índice nacional abaixo de 34,2% do produto no biênio 2009/2010.⁸ Supondo que em 2011 a carga global tenha crescido exatamente o mesmo que efetivamente aumentou a carga dos principais tributos, em 2 pontos do produto, se projeta que aquele índice tenha batido o recorde histórico ao atingir 36,2% do PIB.⁹

Na série histórica da carga tributária bruta global, a variação de 2 pontos do produto em 2011 foi o salto mais expressivo desde 2000. Aliás, uma evolução tão favorável foi igualmente projetada por Amir Khair, usando outra metodologia: com base na arrecadação realizada até outubro último, ele projetava uma expansão de 1,48 pontos do produto, de modo que a carga tributária subiria de 33,56% para 35,05% do PIB entre 2010 e 2011.

A recente expansão da carga parece não ter sido um fenômeno generalizado e sim concentrado nos tributos federais. No último ano, 85% do aumento foi explicado pela antigamente chamada receita administrada; entre 2008 e 2011, a contribuição da previdência social foi pouco maior que o daquela receita.¹⁰ Já os tributos estaduais projetados para 2011 ficaram aquém da carga gerada em 2008.

O mesmo efeito, da recentralização da arrecadação, fica mais claro se a análise for de um período mais longo. O índice da carga global projetada para 2011 será 17% superior ao de 2000, porém, o bloco no termômetro de tributos

⁸ Análise anterior desta série, do chamado termômetro tributário, apresentava uma tendência bem diferente para 2010, com uma recuperação neste índice e, por conseguinte na carga tributária global em relação a 2009. Porém, na medida em que o IBGE revisou de forma expressiva o valor nominal do PIB desses dois anos, os índices de 2010 diminuíram e ficaram próximos aos de 2009.

⁹ Antes de ser rejeitada sua prorrogação, a cobrança da CPMF arrecadava 1,4 pontos do produto. Na eventualidade de ser recriada e coletasse exatamente aquele mesmo volume, a carga nacional saltaria para casa de 38% do PIB, um patamar ainda mais longe da média das economias emergentes e até mesmo das desenvolvidas – se aproximando dos níveis mais elevados de tributação praticados nos países nórdicos.

¹⁰ Aliás, Khair também projeta que a União responderia por incremento de 1,43 pontos na carga no ano passado, enquanto a receita estadual e municipal ficaria estável.

federais crescerá 18% enquanto o estadual apenas 5%. Especificamente, a carga do ICMS variará apenas 3% contra 17% da receita federal administrada e 21% da receita previdenciária, entre 2000 e 2011. A arrecadação estadual fica cada vez mais para trás da federal e da chamada carga residual.

Voltando à conjuntura mais recente, chama-se a atenção que os tributos que, em princípio, deveriam ser mais sensíveis a expansão da economia – isto é, os tributos indiretos ou incidentes sobre vendas e produção –, não são os motores da “recarga” tributária. O caso mais notório é o do ICMS estadual em que se projeta um acréscimo muito suave: de 7,17% para 7,21% do PIB.

Focando a análise no desempenho da arrecadação federal, que é a locomotiva da atual recarga tributária, vale destacar o quadro a seguir¹¹, que destaca os setores da economia que mais contribuíram para o ganho real nos doze primeiros meses do ano, com uma impressionante concentração: dez setores responderam por cerca de 67% do incremento total da receita e eles cresceram a excepcional taxa real de 17%; enquanto os demais setores, que respondem por 33% do arrecadado, cresceram 6,4%, em ritmo dois terços mais lento. A discrepância resulta num fato emblemático: o crescimento do arrecadado pelos setores que reúnem a grande maioria dos contribuintes da economia foi em torno de metade da expansão do total da receita. O bom desempenho do fisco dependeu de poucos setores – a ponto de que o setor financeiro sozinho explicou 19% do ganho total de receita e que o segundo o setor que mais contribuiu, o de extração mineral, chegou a recolher na primeira metade deste ano o dobro do que fez no início do ano passado – sempre em variações reais (deduzido o IPCA). Esse desempenho tão dispare da arrecadação federal refletiria uma economia dual: um lado, cresce em ritmo chinês – desde a própria extrativa mineral até o setor financeiro, passando pela automobilística e pelas importações; outro lado, cresce em padrão latino tradicional – com taxas mais moderadas e talvez generalizada.

¹¹ O quadro consta da página 4 do boletim mensal de boletim da Análise da Arrecadação das Receitas Federais de dezembro de 2011.

**ARRECAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB POR DIVISÃO ECONÔMICA
(EXCETO CPSS E RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS)
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2011/2010
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/11 - IPCA)**

UNIDADE: R\$ MILHÕES

DIVISÃO ECONÔMICA (CNAE)	ARRECAÇÃO		DIFERENÇAS		PART. % NA VARIÇÃO TOTAL
	JAN-DEZ/11 [A]	JAN-DEZ/10 [B]	[A]-[B]	[A]/[B]%	
.ENTIDADES FINANCEIRAS	116.699	104.021	12.678	12,19	19,42
.EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	14.916	7.836	7.079	90,34	10,85
.COMÉRCIO ATACADISTA	46.731	42.108	4.622	10,98	7,08
.COMÉRCIO VAREJISTA	23.372	19.334	4.039	20,89	6,19
.FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	36.920	33.081	3.840	11,61	5,88
.COMÉRCIO E REPAR. DE VEÍC. AUTOMOT. E MOTOCICL.	14.890	11.687	3.203	27,41	4,91
.SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	18.929	16.478	2.451	14,88	3,76
.ATIVIDADES AUXILIARES DO SETOR FINANCEIRO	13.632	11.369	2.263	19,91	3,47
.CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	11.447	9.466	1.982	20,93	3,04
.EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2.573	1.043	1.530	146,70	2,34
SUBTOTAL [A]	300.110	256.423	43.687	17,04	66,93
DEMAIS [B]	360.772	339.190	21.582	6,36	33,07
TOTAL [C]=[A]+[B]	660.881	595.613	65.268	10,96	100,00

Aliás, não custa mencionar um contraponto ao ICMS – o lado “chinês” dos grandes pagadores de tributos federais é composto por segmentos que não integram a base do imposto estadual (caso do setor financeiro e das exportações de minerais) ou, quando integram, são beneficiados por tantos incentivos fiscais que pouco impactam na receita (caso da automobilística, a mais beneficiada pela guerra fiscal do ICMS).

Estas singularidades da arrecadação apontam que, para 2012, poderá ser considerado um bom resultado se a carga for mantida no mesmo patamar que fechou 2011, recorde histórico. Não há o menor sinal de que seria possível prosseguir incrementando o nível da tributação no País.

ANEXO ESTATÍSTICO

TERMÔMETRO DA TRIBUTAÇÃO (ANUALIZADO) - 1990/2011
Acumulado de 12 meses - em % PIB

FLUXOS ÚLTIMOS 12 MESES		ARRECAÇÃO	UNIÃO - ARRECAÇÃO (-)			ESTADOS - ARRECAÇÃO (-)		
		TOTAL	RECEITA	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA
		(UNIÃO + EST.)	FEDERAL					
2008	JAN	29,62%	16,41%	5,58%	21,99%	7,06%	0,57%	7,63%
	FEV	29,62%	16,39%	5,56%	21,95%	7,08%	0,58%	7,66%
	MAR	29,68%	16,40%	5,57%	21,97%	7,13%	0,59%	7,71%
	ABR	29,69%	16,41%	5,56%	21,96%	7,14%	0,59%	7,73%
	MAI	29,63%	16,33%	5,54%	21,87%	7,17%	0,59%	7,76%
	JUN	29,57%	16,26%	5,52%	21,78%	7,20%	0,59%	7,79%
	JUL	29,56%	16,27%	5,49%	21,76%	7,20%	0,59%	7,80%
	AGO	29,51%	16,20%	5,48%	21,68%	7,24%	0,59%	7,83%
	SET	29,46%	16,13%	5,48%	21,62%	7,26%	0,59%	7,85%
	OUT	29,51%	16,14%	5,47%	21,61%	7,32%	0,58%	7,89%
	NOV	29,35%	15,98%	5,47%	21,45%	7,32%	0,57%	7,89%
	DEZ	29,30%	15,82%	5,55%	21,37%	7,36%	0,57%	7,93%
2009	JAN	29,22%	15,71%	5,58%	21,29%	7,34%	0,59%	7,93%
	FEV	29,10%	15,54%	5,61%	21,15%	7,35%	0,60%	7,95%
	MAR	29,03%	15,46%	5,63%	21,08%	7,33%	0,62%	7,95%
	ABR	28,92%	15,33%	5,64%	20,97%	7,33%	0,62%	7,95%
	MAI	28,81%	15,21%	5,67%	20,87%	7,31%	0,63%	7,94%
	JUN	28,66%	15,07%	5,69%	20,75%	7,28%	0,63%	7,91%
	JUL	28,55%	14,95%	5,71%	20,66%	7,27%	0,63%	7,90%
	AGO	28,36%	14,79%	5,71%	20,50%	7,23%	0,63%	7,85%
	SET	28,05%	14,55%	5,70%	20,25%	7,18%	0,62%	7,80%
	OUT	28,10%	14,61%	5,72%	20,33%	7,14%	0,63%	7,77%
	NOV	28,23%	14,77%	5,70%	20,48%	7,13%	0,63%	7,76%
	DEZ	27,85%	14,54%	5,66%	20,20%	7,03%	0,62%	7,65%
2010	JAN	27,96%	14,61%	5,63%	20,24%	7,05%	0,67%	7,72%
	FEV	27,88%	14,59%	5,61%	20,20%	7,03%	0,66%	7,69%
	MAR	27,79%	14,50%	5,60%	20,10%	7,04%	0,65%	7,69%
	ABR	27,88%	14,57%	5,58%	20,16%	7,08%	0,65%	7,73%
	MAI	27,92%	14,60%	5,57%	20,17%	7,11%	0,65%	7,75%
	JUN	27,84%	14,54%	5,56%	20,09%	7,12%	0,64%	7,75%
	JUL	27,79%	14,50%	5,54%	20,05%	7,12%	0,63%	7,74%
	AGO	27,85%	14,51%	5,55%	20,06%	7,16%	0,62%	7,79%
	SET	27,91%	14,57%	5,56%	20,13%	7,16%	0,62%	7,78%
	OUT	27,75%	14,45%	5,55%	20,00%	7,14%	0,61%	7,74%
	NOV	27,48%	14,20%	5,56%	19,76%	7,11%	0,60%	7,72%
	DEZ	27,87%	14,46%	5,64%	20,11%	7,17%	0,60%	7,77%
2011	JAN	28,12%	14,70%	5,66%	20,36%	7,19%	0,57%	7,75%
	FEV	28,20%	14,77%	5,67%	20,44%	7,18%	0,58%	7,76%
	MAR	28,34%	14,90%	5,69%	20,59%	7,18%	0,57%	7,75%
	ABR	28,46%	15,03%	5,70%	20,73%	7,16%	0,57%	7,73%
	MAI	28,48%	15,08%	5,71%	20,79%	7,12%	0,57%	7,69%
	JUN	28,77%	15,37%	5,72%	21,08%	7,11%	0,58%	7,69%
	JUL	29,13%	15,69%	5,74%	21,43%	7,12%	0,58%	7,70%
	AGO	29,25%	15,79%	5,77%	21,56%	7,11%	0,58%	7,69%
	SET	29,41%	15,89%	5,80%	21,69%	7,14%	0,58%	7,72%
	OUT	29,62%	16,05%	5,84%	21,89%	7,16%	0,58%	7,74%
	NOV	29,83%	16,20%	5,87%	22,06%	7,19%	0,58%	7,76%
	DEZ	29,87%	16,14%	5,94%	22,08%	7,21%	0,58%	7,79%

TERMÔMETRO DA TRIBUTAÇÃO (MENSAL) -1990/2011

UNIDADE: Valores Correntes, R\$ Mil

FLUXOS MENSALS	ARRECADAÇÃO TOTAL (UNIÃO + EST.)	UNIÃO - ARRECADAÇÃO (+)			ESTADOS - ARRECADAÇÃO (+)			
		RECEITA FEDERAL	PREVIDÊNCIA	SOMA	ICMS	IPVA	SOMA	
2008	JAN	80.421.247	45.624.466	12.272.841	57.897.307	17.947.709	4.576.231	22.523.940
	FEV	65.941.700	33.957.484	12.326.386	46.283.870	16.812.637	2.845.193	19.657.830
	MAR	68.062.677	36.649.150	12.511.788	49.160.937	16.643.082	2.258.658	18.901.740
	ABR	73.888.352	42.248.430	12.935.062	55.183.491	17.425.747	1.279.114	18.704.861
	MAI	67.371.961	35.375.019	12.982.906	48.357.925	17.886.419	1.127.617	19.014.036
	JUN	73.278.772	40.251.078	13.298.605	53.549.683	18.648.371	1.080.718	19.729.089
	JUL	75.897.262	42.685.071	13.581.749	56.266.821	18.594.433	1.036.008	19.630.441
	AGO	71.460.486	37.962.916	13.640.541	51.603.457	19.135.903	721.126	19.857.029
	SET	74.089.094	39.487.709	13.736.089	53.223.798	20.123.725	741.571	20.865.296
	OUT	81.297.004	45.602.284	13.932.311	59.534.595	21.200.284	562.125	21.762.409
	NOV	72.414.426	38.567.700	13.833.077	52.400.777	19.609.168	404.481	20.013.649
	DEZ	84.219.042	41.313.455	23.162.249	64.475.704	19.099.047	644.291	19.743.338
2009	JAN	80.974.012	43.883.522	13.783.205	57.666.727	17.951.273	5.356.012	23.207.285
	FEV	64.525.252	29.907.375	13.788.424	43.695.798	17.863.390	2.966.064	20.829.454
	MAR	71.014.313	36.835.705	13.909.713	50.745.417	17.270.689	2.998.207	20.268.896
	ABR	73.676.133	39.888.157	14.108.134	53.996.292	18.198.167	1.481.674	19.679.841
	MAI	66.724.075	33.123.407	14.266.687	47.390.094	18.024.419	1.309.562	19.333.981
	JUN	71.183.571	37.263.025	14.400.094	51.663.119	18.304.714	1.215.738	19.520.452
	JUL	74.298.248	39.932.422	14.597.718	54.530.140	18.708.785	1.059.323	19.768.108
	AGO	69.584.514	35.249.832	14.619.047	49.868.879	18.964.434	751.201	19.715.635
	SET	69.699.772	34.593.842	14.370.971	48.964.813	19.911.793	823.166	20.734.959
	OUT	84.757.614	48.657.491	14.786.002	63.443.493	20.617.314	696.807	21.314.121
	NOV	85.183.772	48.006.708	15.209.655	63.216.363	21.375.633	591.776	21.967.409
	DEZ	90.643.218	43.680.145	25.440.842	69.120.987	20.624.020	898.211	21.522.231
2010	JAN	95.360.320	51.861.177	15.069.159	66.930.336	21.336.652	7.093.332	28.429.984
	FEV	73.690.698	35.224.234	15.504.040	50.728.274	20.001.528	2.960.896	22.962.424
	MAR	80.468.191	40.469.614	16.015.400	56.485.014	20.907.094	3.076.083	23.983.177
	ABR	89.196.309	48.831.026	16.136.840	64.967.865	22.494.885	1.733.559	24.228.444
	MAI	81.541.341	41.050.627	16.497.719	57.548.345	22.522.260	1.470.736	23.992.996
	JUN	81.451.159	41.863.977	16.484.506	58.348.483	21.967.419	1.135.257	23.102.676
	JUL	85.487.889	45.624.337	16.807.743	62.432.080	22.037.935	1.017.874	23.055.809
	AGO	84.391.807	42.213.894	17.313.413	59.527.308	23.934.513	929.986	24.864.499
	SET	84.330.575	43.245.429	17.134.855	60.380.284	23.076.182	874.109	23.950.291
	OUT	93.063.985	51.615.327	17.452.984	69.068.311	23.308.672	687.003	23.995.675
	NOV	88.025.606	45.521.056	17.985.329	63.506.386	23.888.462	630.759	24.519.221
	DEZ	113.869.694	57.820.195	30.257.936	88.078.131	24.967.868	823.695	25.791.563
2011	JAN	115.344.692	66.384.658	18.113.109	84.497.767	24.584.101	6.262.824	30.846.925
	FEV	87.949.741	43.568.552	18.104.004	61.672.556	22.675.034	3.602.151	26.277.185
	MAR	93.987.067	49.903.986	18.201.205	68.105.191	22.771.875	3.110.001	25.881.876
	ABR	103.563.101	59.051.000	18.576.306	77.627.306	24.116.885	1.818.910	25.935.795
	MAI	93.868.528	49.064.167	19.128.694	68.192.861	23.914.215	1.761.452	25.675.667
	JUN	104.837.308	59.580.000	19.163.478	78.743.478	24.579.777	1.514.053	26.093.830
	JUL	108.351.226	63.144.000	19.439.662	82.583.662	24.508.297	1.259.267	25.767.564
	AGO	98.765.721	51.400.000	20.220.301	71.620.301	26.053.967	1.091.453	27.145.420
	SET	97.137.196	50.768.000	19.752.082	70.520.082	25.641.689	975.425	26.617.113
	OUT	107.837.785	61.376.000	20.125.149	81.501.149	25.564.604	772.032	26.336.636
	NOV	102.047.596	54.578.000	20.354.069	74.932.069	26.420.266	695.260	27.115.526
	DEZ	121.364.494	58.524.000	34.524.653	93.048.653	27.109.822	1.206.020	28.315.842

Arrecadação Direta por Esfera de Governo: 2010

Esfera de Governo	2010			
	R\$ Bilhões (A)	% PIB (B)	% Total (C)	Per capita (R\$)
PIB	3770,1			
POPULAÇÃO	185.712.713			
TOTAL	1289,0	34,19	100,0	6940,7
UNIÃO	869,4	23,06	67,4	4681,5
IR	190,5	5,05	14,8	1026,0
IPI	37,3	0,99	2,9	200,6
IOF	26,5	0,70	2,1	142,9
Imp. Sobre Comércio Exterior	21,1	0,56	1,6	113,5
ITR	0,5	0,01	0,0	2,6
Taxas	5,9	0,16	0,5	31,9
Previdência (1)	210,4	5,58	16,3	1133,0
Cofins	138,6	3,68	10,8	746,5
CPMF	0,0	0,00	0,0	-0,2
CSLL	45,2	1,20	3,5	243,4
PIS-PASEP	40,0	1,06	3,1	215,4
Contrib. Seg. Serv. Público (2)	11,3	0,30	0,9	61,1
Outras contribuições sociais (3)	9,0	0,24	0,7	48,5
FGTS	61,8	1,64	4,8	332,8
Contribuições Econômicas (4)	37,9	1,01	2,9	204,3
Salário Educação	11,0	0,29	0,9	59,5
Sistema S (4)	10,6	0,28	0,8	56,8
Multas e Dívida Ativa	11,7	0,31	0,9	62,9
ESTADOS	341,6	9,06	26,5	1839,6
ICMS	264,7	7,02	20,5	1425,6
IPVA	21,3	0,56	1,7	114,6
ITCD	2,5	0,07	0,2	13,5
IRRF	15,9	0,42	1,2	85,5
TAXAS	10,4	0,28	0,8	56,2
Previ. Estadual	17,5	0,47	1,4	94,4
Contribuições de Melhoria e Econômicas	0,7	0,02	0,1	3,7
Demais (multas, juros e dívida ativa)	8,6	0,23	0,7	46,2
MUNICÍPIOS	77,9	2,07	6,0	419,6
ISS	30,4	0,81	2,4	163,9
IPTU	16,0	0,43	1,2	86,4
ITBI	5,4	0,14	0,4	29,2
IRRF	5,4	0,14	0,4	28,9
TAXAS	4,2	0,11	0,3	22,4
Previd. Municipal	5,8	0,15	0,4	31,2
Contribuições Melhoria e Econômicas	3,1	0,08	0,2	16,9
Demais (multas, juros e dívida ativa)	7,6	0,20	0,6	40,7

Fonte: Elaboração Própria (Balanço Oficial da União, STN; Balanço dos Estados, STN; Finbra, STN; SRF)

(1) Dados extraídos da Execução Orçamentária da União. Inclui SIMPLES/Previdência

(2) Inclui "Cota-Parte do Serv. No Fundo de Saúde Militar", classificada como "Outras Receitas" no Balanço da STN.

(3) Inclui "Receita Part. Seguro-Dpvt-Sist. Nac. de Trânsito", classificada como "Outras Receitas" no Balanço da STN.

(4) Inclui "Util.Recurso Hidricos-Trat. Itaipu", classificada como "Outras Receitas" no Balanço da STN